

MST, Educação e Resistência

Oswaldo Samuel Costa Santos (Samuel Costa¹)

Resumo: Este trabalho é o resultado da transcrição de uma fala de uma liderança do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Norte de Minas Gerais, que é da Direção Estadual do MST. A fala foi realizada no XIV COPED, organizado pelo PPGE-Unimontes, na mesa-redonda intitulada Outras Pedagogias, Povos Tradicionais e Movimentos Sociais, idealizada pelo GDECO-ETNOPO. Neste trabalho há um “diálogo” sobre a Educação no MST, o MST como Educador e a relação do movimento social com a universidade, em que se destaca a imprescindibilidade da entrada de Povos, Comunidades Tradicionais, Movimentos Sociais na universidade, porque é direito desses povos e movimentos, e também porque é um dever da universidade. No “diálogo” são apontadas importantes considerações, sendo algumas delas: como a luta por Educação no MST surge com as primeiras ocupações; como o grande formador do MST é o processo coletivo da ocupação da terra - ou seja, organizar os trabalhadores e as trabalhadoras primeiro, para romper com a ideia da propriedade privada; como um acampamento organizado é uma grande escola; e sobre a necessidade da Reforma Agrária no Brasil.

Palavras-chave: MST. Reforma Agrária. Educação.

MST, Education and Resistance

Abstract: This work is the result of the transcription of a speech by a leader of the Landless Rural Workers Movement (MST) in the North of Minas Gerais, which is from the MST State Directorate, and which was held at the XIV COPED, organized by PPGE-Unimontes, at the round table entitled Other Pedagogies, Traditional Peoples and Social Movements, created by GDECO-ETNOPO. In this work there is a “dialogue” about Education in the MST, the MST as an Educator and the relationship between the social movement and the university, which highlights the indispensability of the entry of Peoples, Traditional Communities, Social Movements into the university, because it is their right peoples and movements, and also because it is a duty of the university. In the “dialogue” important considerations are highlighted, some of which are: how the fight for Education in the MST arises with the first occupations; how the great shaper of the MST is the collective process of land occupation - that is, organizing workers first, to break with the idea of private property; how an organized camp is a great school; and about the need for Agrarian Reform in Brazil.

Keywords: MST. Reforma Agrária. Education.

¹ Direção Estadual do MST. Mestrando em Geografia-PPGEO-Unimontes. Orcid: [0009-0007-5605-3944](https://orcid.org/0009-0007-5605-3944). samuelrisca@gmail.com



MST, Educacion y Resistencia

Resumen: Este trabajo es resultado de la transcripción del discurso de un dirigente del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) del Norte de Minas Gerais, de la Dirección Estadual del MST, y que tuvo lugar en la XIV COPED, organizada por PPGE -Unimontes, en la mesa redonda Otras Pedagogías, Pueblos Tradicionales y Movimientos Sociales, creada por GDECO-ETNOPO. En este trabajo hay un “diálogo” sobre la Educación en el MST, el MST como Educador y la relación entre el movimiento social y la universidad, que resalta la indispensabilidad del ingreso de Pueblos, Comunidades Tradicionales, Movimientos Sociales a la universidad. porque es su derecho, pueblos y movimientos, y también porque es un deber de la universidad. En el “diálogo” se destacan importantes consideraciones, algunas de las cuales son: cómo la lucha por la Educación en el MST surge con las primeras ocupaciones; cómo el gran modelador del MST es el proceso colectivo de ocupación de tierras -es decir, organizar primero a los trabajadores, para romper con la idea de propiedad privada-; cómo un campamento organizado es una gran escuela; y sobre la necesidad de una Reforma Agraria en Brasil.

Palabras clave: MST. Reforma Agraria. Educación.

MST, Educação e Resistência

Sou Samuel, faço parte da Direção Estadual do MST e para mim é um prazer estar aqui e ter a oportunidade de dialogar com vocês. Sou egresso de uma turma de Pedagogia da Terra, iniciada em 2005, que se tornou a primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo no Brasil, pelo PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Depois, pelo Movimento, também estudei e fiz uma especialização em Educação, Trabalho e Movimento Social junto à Fiocruz e à Escola Nacional Florestan Fernandes, hoje estou mestrando no PPGE, no Programa de Pós-graduação em Geografia. É um prazer estar aqui com vocês!

Gostaria de começar com um pensamento do Lenin, para depois poder dialogar sobre a Educação no MST, o MST como educador e a relação do movimento social na universidade, muito a partir também da minha vivência e da minha prática.

Lenin diz o seguinte: “Uma escola à margem da vida, à margem da política, é falsidade, hipocrisia”. Hoje nós temos uma oportunidade, e agradeço o convite do professor Heiberle Horácio e do grupo de pesquisa GDECO, de poder fazer desse espaço, um pouquinho dessa interlocução que o Lenin nos provoca. De trazer Povos, Comunidades Tradicionais, Movimentos Sociais para dentro da universidade, porque além de um direito nosso, também é um dever da universidade, promover esse espaço.

A luta por Educação no MST surge com as primeiras ocupações, pela necessidade real do povo. Então, quando você se depara com a realidade de grandes acampamentos,

ainda no final da década de 70, quando se inicia o Movimento, vê aquilo ... como a primeira ocupação do Movimento com 1.600 famílias, com uma média de 10 crianças por família, e que teve que se constituir 11 escolas. Então, imaginem a dificuldade dessas famílias, desse grupo, na fazenda, de constituir um processo para lidar com a infância tão concentrada no processo de luta pela terra, de acampamento. E as primeiras escolas, os primeiros professores e professoras, que chegaram ali, naquele lugar, muitos deles tratavam o Movimento como uma ação de banditismo, uma ação criminal.

E aí as crianças iam para a escola e se deparavam com os professores falando assim: “seus pais são bandidos, o que eles estão fazendo é errado”, mas [professores que mesmo falando isso] estavam trabalhando ali naquela escola. Então, o movimento começou a se preocupar com a questão da Educação, a dialogar com esses professores, e a pensar a sua própria Educação também, pensar que quem iniciou, considerando que elas estão da terceira geração de famílias que foram organizadas e militantes, difíceis, de assentados, e que agora essa era a terceira geração. Mas, na primeira geração, grande parte dos nossos militantes, dirigentes, que construíram a nossa organização, eram analfabetos ou semianalfabetos. Então, teve primeiro uma preocupação efetiva, com muita ajuda de padres e freiras - mais as freiras do que os padres - que também tinham formação pedagógica, foram iniciando os primeiros processos educativos no Movimento Sem Terra.

Havia também as nossas experiências também de solidariedade internacional, mas de classe. A visita dessas pessoas a outros países, digamos assim, socialistas, nos permitiu também absorver parte dos processos educacionais e pedagógicos dessas experiências.

Isso vai configurar a luta de massa no Brasil nos anos 80, não só no MST, mas vai culminar em um processo pedagógico de massa no país inteiro, oriundo das Comunidades Eclesiais de Base, resistindo ao processo da Ditadura; vai trazer muito forte a Pedagogia Popular, a Educação Popular, como um pilar pedagógico no MST. Nós vamos beber de outras fontes, de experiências russas, experiências de Cuba, da Nicarágua, na Pedagogia Socialista, em um processo de ter o pilar da coletividade como elemento pedagógico e na organização, e do trabalho como um dos fundamentos também do nosso processo educativo.

Diria que uma das grandes contribuições da cultura popular para o MST foi o processo de educação de massa, como a gente chama; em que a música e a poesia, elas sempre estiveram presentes, desde o surgimento das primeiras ocupações do movimento, como grandes elementos de formação, de animação, de agitação e de organização do

povo. Digamos assim, nós tivemos algumas etapas, mas que o nosso grande formador é o processo coletivo da ocupação da terra, ou seja, você organizar os trabalhadores e as trabalhadoras primeiro, para romper com a ideia da propriedade privada de uma propriedade que tinha nos anos 80 muito forte. O questionamento da função social da terra, que culminou na Lei 84 da função social da terra, e que nos permite debater atualmente sobre isso no país, principalmente em função da criminalização que passa o Movimento através da CPMI do MST.

Para nós, um acampamento organizado é uma grande escola. E aí você tem uma diferença quando consegue realizar junto com os trabalhadores, com as trabalhadoras, junto com as crianças, com os idosos, um acampamento organizado, que tem princípios organizativos que se fundamentam no processo pedagógico, desde a coletividade, mas da direção coletiva, do trabalho coletivo, em parte da função desse acampamento, da troca de trabalho, da relação social, da cultura, da arte, da história, como elementos fundadores e organizadores nesse processo. As vezes também não se tem, ou seja, eu não estou dizendo que todos os acampamentos são uma grande escola de formação, mas há aqueles que a gente consegue implementar um método político organizativo de coletividade, de núcleos de base, de formação, de constituição da escola, a escola como um elemento aglutinador, formador e organizador, também da comunidade. Então, a escola tem uma centralidade no processo formativo e essa característica coletiva, ela vai influenciar no que vai ser esse assentamento, ou vir a ser na possível conquista dessa terra, nesse grupo social, como um grupo que se mobiliza, que se organiza, que tem um processo de coletividade, de vivência diferenciado.

O movimento passa a organizar, digamos assim, grandes ações de escola. Realiza a primeira turma de Pedagogia da Terra em 1997, e depois do massacre de Eldorado dos Carajás, tem, digamos assim, uma ascensão do Movimento Sem Terra, uma série de apoios internacionais e nacionais também. Teve uma campanha do Sebastião Salgado, do Chico Buarque que fez o disco Terra, que possibilitou “levar” o Movimento para várias partes do mundo. Isso também culminou em outros processos organizativos de conquista.

Nós tivemos, nesse período, o Primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (PRONERA), e uma pressão muito grande no governo Fernando Henrique Cardoso, que constituiu o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Ainda sem recursos, ainda como um programa, mas que foi ali também com a luta social que possibilitou estabelecer as primeiras parcerias com as universidades do governo social, no caso do Movimento Sem Terra, e outras organizações também se

somaram, como pilares: o Movimento, a UnB, através do grupo de trabalho de pesquisa em Educação, vai contribuir, juntamente com a CONTAG, com um processo de constituição do PRONERA. E nós vamos ter as primeiras parcerias entre movimento social, universidade e INCRA.

Foi uma experiência também pedagógica, no sentido da construção de política pública no país. Então, quando a gente junta o movimento popular, pesquisadores/pesquisadoras comprometidos com projeto político, e uma repartição do Estado, esse tripé oferta um potencial muito grande, tanto de produção de conhecimento quanto a efetivação da Educação na sua forma mais concreta. Disso saíram também os primeiros programas de alfabetização, escolarização e que a gente chamou do PRONERA, de um processo de uma Educação Continuada. Ou seja, as pessoas conseguiram ingressar no movimento, fazer um processo de alfabetização, fazer escolarização, fazer um curso médio, e depois entrar na graduação. Então, estima-se, que nós tivemos aí, pelo menos entre 40, 60 mil pessoas formadas pelo PRONERA e do Movimento Sem Terra, pelo menos umas 30 mil pessoas que tiveram direito a um processo de ingressar nas universidades, grande parte delas federais, e universidades públicas estaduais, e que nos possibilitou dar um salto de qualidade na luta social, no processo organizativo do movimento.

E hoje nós temos vários doutores, doutoras, mestrados. Tivemos assim uma qualidade, um profissionalismo social. Então nesse último congresso, o MST começa a construir a ideia de um princípio organizativo do profissionalismo.

Concluir dizendo dessa importância, do movimento social dentro da universidade, porque provoca contradições. Na nossa turma de Pedagogia, por exemplo, nós tínhamos um seminário organizado pelo pessoal das Ciências Sociais, que era um seminário sobre o Darcy Ribeiro, muito importante, com convidados de outros lugares, e culminou com o Dia da Jornada Nacional de Luta das Mulheres. A turma não foi para o seminário, foi para a luta social. E aquilo causou uma estranheza, um problema na universidade, porque imagina: você está com seminário, com a mesa montada, e quer ver o povo que era o Sem Terra chegar [e eles vão para a luta]... Assim, que o nosso principal elemento formador é a luta social.

O MST só se constitui com a sua gênese com essa bandeira, com esse instrumento, do facão, que representa também os trabalhadores camponeses rurais, mas que representa também uma resistência. Nós somos frutos de muitas outras lutas, da luta Indígena, que é viva, de vários outros grupos que se rebelaram, se levantaram nesse país. E essa luta social, ela nos toca como um sujeito de direito, ou seja, o sujeito chega lá no

acampamento, a família chega no acampamento buscando a terra, o elemento de lutar pela terra, e quando ela se insere em um processo coletivo, em um processo que é pedagógico, ela passa, ou grande parte dessas famílias passa, a ser um sujeito de direito, compreender que ela tem direito à educação, que ela tem direito à moradia, que ela tem direito à terra, ela tem direito à água, ao saneamento, à saúde, e ter direito à vida, ele é um direito, que nesses últimos quatro anos nos foi tirado².

A categoria da educação, o cientista, a universidade, os educadores populares do povo, da cultura popular, foram extremamente atacados nesse momento Bolsonaro fascista. O direito de sonhar eles tentaram, mas não conseguiram tirar de nós.

2 Referências

ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo duas faces da mesma maldição. São Paulo, Editora Rosa Luxemburgo. 2016.

AGUIAR, João Valente & BASTOS, Nadia. Uma reflexão teórica sobre as relações entre natureza e capitalismo, Florianópolis: v. 15, n. 1, p. 84-94, jan./jun. 2012.

ANTUNES, Jadir. Marx e o Fetiche da Mercadoria: Contribuição a crítica da Metafísica. São Paulo, Jundiaí: Paco, 2018.

ARROYO, Miguel G. Outros Sujeitos, Outras Pedagogias. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ARROIO, M.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). Por uma Educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARBOSA, S. Romulo. Mineração no Norte de Minas Gerais tensões e conflitos pelo acesso e uso da água. Revista Desenvolvimento Social, n.11, v. 01, 2014. p. 43-50.

BARTRA, Armando. Os camponeses em questão. In: Os camponeses: leituras a partir de um México profundo. São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, p.65-114, 2011.

BRITO, Isabel Cristina de. Ecologismo dos gerais: conflitos socioambientais e comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais. 2013. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

CALDART, R. S., CERIOLI, P. R., KOLLING, E. J. Por uma Educação do Campo: CALDART, Roseli Salette. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CEPOLINI, Gustavo Henrique. Atlas da Questão Agrária Norte Mineira. Entremares, 2020.

² Se refere aos 4 anos de presidência de Jair Bolsonaro.

COSTA, João Batista de Almeida. Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos- MG. 1999. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB.

DAYRELL, Carlos Alberto. Geraizeiros y Biodiversidad en el Norte de Minas Gerais: La contribución de la agroecología y de la etnoecología en los estudios de los agroecosistemas. Huelva: Universidad Internacional de Andalucía. 1998.

DAYRELL, Carlos. Montes Claros; Brasília: CAA-NM; Rede Cerrado, 2000. Educação do Campo Identidade e Políticas Públicas. n° 4. Brasília, DF, 2002.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuestión agrária. In: Emir Sader. (Org.). Latinoamericana - Enciclopedia Contemporánea de América Latina y el Caribe. Madri: Akal, v. 1, p. 52-60, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). A questão agrária no Brasil 7. 7ed. São Paulo: v. 7, p. 173-238, 2013.

FERREIRA, Rodrigo de Souza. Capitalismo, ciência e natureza: do ideário iluminista do progresso à crise ambiental contemporânea. Viçosa (MG): O Autor, 2018.

FREIRE, Paulo. “Definição” primeira: o que é educação popular? In: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A, 1967.

FREIRE, Paulo. Educação Popular: pequena parte de uma grande história. In: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. Uma visão pedagógica da cultura: o movimento popular como escola de educação popular. In: FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano. Que fazer: teoria e prática em educação popular. 4ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

FREIRE, Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro/SP: Paz e Terra, 2019.

GADOTTI, Moacir. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. CONGRESSO INTERNACIONAL PEDAGOGIA SOCIAL, São Paulo, Julho de 2012.

GALEANO, Eduardo. As veias abertas da América Latina; tradução de Galeno de Freitas, 15 edição, Rio de Janeiro, Paz e terra, 1983.

IANNI, Otávio. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: vozes, 1978.

LEFEBVRE, Henri. La producción del espacio. Papers: revista de sociología, p. 219-229, 1974.

LEITE, M.E.; SOUZA, C.M.P.; SILVA, L.A.P.; Dinâmica De Uso Da Terra No Norte De Minas – A GEOGRAFIA DO NORTE DE MINAS GERAIS: reflexões e proposições. São Paulo: Entremares, 2022.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Pensamento crítico, tradição marxista e a questão ambiental: ampliando os debates. In: _____. A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação. Rio de Janeiro: Quartet, p. 13-68, 2007.

LÖWY, Michael. Marx, Engels e a ecologia. In: revista Margem Esquerda – Dossiê: 40 anos do golpe de 64. São Paulo: Boitempo, n.3, p. 90-103. 2004.

LUZ DE OLIVEIRA, Cláudia. Populações tradicionais e territorialidade: os vazanteiros do Rio São Francisco no Norte de Minas. 2005. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH. 2005.

MAPBIOMAS. Superfície de água no Brasil reduz 15% desde o início dos anos 90. Disponível em: <https://mapbiomas.org/superficie-de-agua-no-brasil-reduz-15-desde-o-inicio-dos-anos-90> Acesso em: 16 de novembro 2021.

MARÉS, Carlos Frederico; A função social da terra, Porto Alegre, 2003.

MARX, Karl. Manuscrito Econômico-Filosóficos. Tradução, apresentação e notas Jesus Renieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

MAZZETO SILVA, Carlos Eduardo. Os Cerrados e a sustentabilidade: territorialidades em tensão. 2006. Tese de Doutorado. Tese. Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. 2006.

OLIVEIRA, A U. de. A agricultura camponesa no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

PEREIRA, Geusa da Purificação. "Parece que o sol baixou": percepção e estratégias de enfrentamento de agricultores familiares frente às mudanças climáticas em Baixa Grande-Bahia-Brasil. 2020. Tese de Doutorado. Tese. Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Departamento de Economia Rural, UFV. 2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais – Breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da geografia do norte de minas. In: OLIVEIRA, Cláudia e DAYRELL, Carlos. Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. Montes Claros; Brasília: CAA-NM; Rede Cerrado, 2000. p.19-45.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Dos cerrados e de suas riquezas: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019.

REPÓRTER BRASIL. Carvoaria parceira da francesa Vallourec é flagrada com trabalho escravo em MG. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2022/11/carvoaria-parceira-da-vallourec-e-flagrada-com-trabalho-escravo-em-mg/>.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Camponês: um gato de sete vidas? - uma revisão em torno das noções de camponês, pequeno produtor e agricultor familiar. Sociedade Sustentável, Belo Horizonte, n.2, p. 09-18, 1997.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a formação do patrimônio cultural Sertanejo. In Cerrado e Desenvolvimento. OLIVEIRA, Cláudia e DAYRELL, Carlos. Montes Claros; Brasília: CAA-NM; Rede Cerrado, 2000.

SANTOS, Gilmar Ribeiro; SANTOS SILVA, Ricardo. Os irrigantes do projeto Jaíba: da produção de subsistência à agricultura moderna. Cadernos do Desenvolvimento, v. 5, n.7, 2018. p. 349-372.

SANTOS, Milton. Por Uma Geografia Nova, Da critica da geografia a uma geografia Crítica. Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SVAMPA, Maristella. Consesno de los commodities, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en La América Latina. In: Movimentos Socioambientales en América Latina. Buenos Aires: OSAL – Observatorio Social de América Latina. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – Clacso, Ano XIII, n° 32. p. 15-38, 2012.

VEIGA, José. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Editora USP, HUCITEC, 1991.